

Junqueira Fonseca, Rodolfo Nazareth

A cidade dos catadores: os papéis e o espaço dos catadores de papel na cidade de Belo
Horizonte

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 8, núm. 2, noviembre, 2006, pp.
59-73

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951698005>

A CIDADE DOS CATADORES

OS PAPÉIS E O ESPAÇO DOS CATADORES DE PAPEL NA CIDADE DE BELO HORIZONTE¹

RODOLFO NAZARETH JUNQUEIRA FONSECA

R E S U M O *Puxado à tração humana, o carrinho do catador de papel oscila deslocado entre o espaço do pedestre na calçada, onde é incompatível pelo seu porte, e as ruas da cidade, onde são incapazes de desempenhar a velocidade dos automóveis. A partir disso, desenvolve-se uma análise que articula tanto uma leitura da relação dos catadores de papel com a cidade quanto do espaço da cidade por intermédio dos catadores, demonstrando uma forma de vivência e apropriação do espaço urbano.*

P A L A V R A S - C H A V E *Catadores; espaço urbano; trabalho de rua.*

¹ Trabalho premiado com o segundo lugar na categoria "Ensaio sobre temas relativos a estudos urbanos e regionais por jovens autores" no Concurso Internacional FURS-2006, promovido pela Foundation for Urban and Regional Studies, International Journal of Urban and Regional Research e Blackwell Publishers. Este artigo resulta da monografia de final de curso em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2003, sob orientação da professora. Regina Helena Alves da Silva (Fafich/UFMG).

Os trabalhadores ou moradores de rua sempre foram estigmatizados de vadios, vagabundos, malandros, preguiçosos, maltrapilhos, coitados e tantos outros adjetivos que constantemente os coloca na condição de um outro humano, ou de algo bem diferente de um ser humano comum.

Jacobi & Teixeira, 1997

A análise desenvolvida neste estudo pretende destacar o modo de vida, as vivências e as relações sociais desempenhadas na cidade por um ator cotidiano da vida social de Belo Horizonte, herdeiro histórico dos primeiros garrafeiros e sucateiros, mas bem diferenciado de outros atores comuns, anônimos e impessoais do mesmo espaço de vivência urbana. Os catadores de papel não são transeuntes, nem apenas transeuntes puxando um carrinho, eles têm seu próprio meio de locomoção. Os catadores de papel podem ser trabalhadores de rua, mas não quaisquer trabalhadores de rua dentre os muitos tipos existentes. Os catadores de papel não promovem o consumo como vendedores ambulantes ou camelôs. Nesse sentido, poder-se-ia dizer no máximo que eles consomem o que poderia ser o último estágio do consumo, ou o que sobra dele. Os catadores de papel, contudo, não são simplesmente catadores de lixo, pois sua relação com o "lixo" não é a mesma de catadores de lixo.

Deixando de lado uma definição categórica mais precisa dos catadores de papel, para fins da análise deste texto é mais importante levar em conta as imagens ou representações sociais que sobre eles são convencionalmente construídas em sua relação com a vida social da cidade. Percebem-se duas representações sociais dos catadores de papel em Belo Horizonte que tomam como base concepções opostas, mas conviventes no seu cotidiano na cidade. A primeira representa os catadores como marginais à cidade, indistintamente de trabalhadores informais, catadores de lixo ou moradores de rua, atribuindo-lhes um estigma social, uma espécie de contaminação derivada de seu objeto e local de trabalho, respectivamente o "lixo" e a rua. E segunda representação, bem mais recente, construída com o processo de formalização² do trabalho dos catadores de papel, que os representa como trabalhadores integrados à cidade a partir de uma função social ou uti-

² A formalização do trabalho dos catadores de papel diz respeito ao processo de consolidação da parceria entre a Asmare, a Pastoral de Rua e a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) da prefeitura de Belo Horizonte. Criada oficialmente em 1º de maio de 1990, a Asmare surgiu por meio de uma articulação entre catadores de papel e a Pastoral de Rua da Igreja católica. Com o objetivo comum de criar um galpão de armazenagem do material reciclável, a iniciativa representou uma alternativa de trabalho a catadores antes vinculados a compradores particulares e atravessadores, com quem tinham atrelado o empréstimo do carrinho, e grande parte da produção e seus ganhos. No ano de 1993, o trabalho da Asmare ganha maior dimensão com o apoio e a parceria institucional do Poder Municipal.

3 Os catadores de papel são considerados pela Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte como agentes prioritários da coleta seletiva e, portanto, como trabalhadores autônomos na limpeza urbana da cidade.

4 O trabalho de campo dessa pesquisa foi realizado ao longo dos anos de 1999 e 2000, tendo como colaborador em campo o antropólogo Thiago Araújo.

lidade pública³ de sua atividade, afirmando sua importância tanto para a limpeza urbana quanto, do ponto de vista ambiental, para o reaproveitamento e reciclagem de materiais desprezados no lixo urbano da cidade.

Analisando o volume de reportagens jornalísticas e discursos da mídia em geral, e até de variados trabalhos acadêmicos produzidos acerca dos catadores de papel em Belo Horizonte, percebe-se claramente o uso dessas representações sociais, isolada ou simultaneamente, às vezes de forma mais elaborada, outras de forma mais superficial, como meio de representação da relação dos catadores de papel com a vida social da cidade, para contar a história dos catadores, falar de seu trabalho ou, como é mais comum, falar da própria experiência da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), reconhecida no país e internacionalmente.

O presente texto busca uma nova leitura sobre a atuação dos catadores de papel na cidade, com o objetivo de compor uma imagem diferenciada daquela que lhes é convencionalmente atribuída. Uma imagem nova, elaborada a partir da realização de uma pesquisa de campo e de entrevistas abertas de método antropológico,⁴ o que não reduz sua forma e conteúdo, análises e conclusões decorrentes ao método utilizado em campo, mas apresenta também questões relevantes para a sociologia, o urbanismo e a política pública.

Para tanto, este texto tem como princípio orientador a hipótese de que, estando marginais à cidade ou não, antes de exercerem ou lhes atribuírem uma função pública na limpeza urbana, os catadores de papel e seu trabalho sempre estiveram muito bem integrados e associados ao cotidiano e à dinâmica urbana da cidade. Mais do que isso, os catadores de papel, formalizados ou não, são atores sociais capazes de articular uma forma de vivência e apropriação do espaço urbano criadora de uma sociabilidade própria na relação com a cidade, entre eles mesmos e com os outros atores comuns ao espaço compartilhado da rua. A partir disso, desenvolve-se uma análise que articula uma leitura tanto da relação dos catadores de papel com a cidade como do espaço da cidade por intermédio dos catadores, demonstrando como o “papel” que desempenham se integra à cidade, associado como é à parte cotidiana de sua dinâmica urbana, além e aquém da formalização de seu trabalho ou da política pública municipal de formalização de seu trabalho.

A ATUAÇÃO DOS CATADORES DE PAPEL NOS ESPAÇOS DA CIDADE

A LOCOMOÇÃO NO ESPAÇO DA AVENIDA: “ENTRE CARROS E PEDESTRES”

Um paredão de edifícios quadricularmente envidraçados percorre de lado a lado a reta avenida, formando um corredor sufocante, atravessado por vários afluentes intercessores que, de tempos em tempos, interrompem o fluxo de *corpos* em movimento nos dois sentidos paralelos e contrários da correnteza. Esse é um espaço social consagrado para o movimento, e só há dois modos de percorrê-lo em sua construção espacial. Pessoas, carros-carros, pessoas, essa é a regra, cumprida ou descumprida, e cada um tem seu lugar. Esse é um fluxo constante. Se paramos em seu movimento, parece que vemos as mesmas pessoas, os mesmos carros, a cada segundo o mesmo instante de movimento.

Entre as duas formas básicas de percorrer esse espaço, surge o que parece a negação da cidade moderna. Um veículo feito todo em madeira que atinge seus dois metros de altura e um metro de largura, apoiado sobre duas rodas paralelas e sustentando uma gaio-

la armada, da qual logo abaixo no prolongamento da haste principal de sustentação da estrutura estende-se “um puxador”, uma madeira que envolve o entorno do homem que o puxa, empurrando todo o peso do “lixo”. Na traseira do carrinho, uma placa de carro, três letras, quatro números, convidando à identificação da infração; e na frente, um logotipo elíptico da Ford se destaca, gozando do atributo de automóvel. O carrinho de catador atravessa o cruzamento entre duas avenidas na contramão e corre em direção ao canteiro central, ao mesmo tempo que outros dois, de mesma espécie, fazem o mesmo para depois seguirem sem perder o passo em fila indiana junto ao canteiro da avenida. O fluxo de carros continua intenso, confrontando-se com os carrinhos em fila, que se espremem entre o ritmo de movimento das duas vias de direção contrária.

Observando tudo isso parado no movimento de pedestres do passeio, tentamos seguir os carrinhos ao longo da avenida. Como pedestres, pretendíamos, numa observação dissimulada, acompanhar o movimento dos carrinhos sem nos destacarmos muito no movimento de pessoas. Mas mesmo com um passo de transeunte apressado, tivemos dificuldade em segui-los. Apesar dos carrinhos levarem trezentos a quatrocentos quilos de “lixo”, a caminhada de seus condutores parecia de um ritmo pouco humano, o que nos obrigou a apertar o passo e, depois, inevitavelmente, começar a correr para acompanhar seu passo contínuo. Ao longo da trajetória que desenvolviam, ocupando pela sua proporção e largura quase toda a faixa principal da pista, não paravam em nenhum semáforo vermelho, a não ser para esperar o fluxo de carros intercortante passar, disparando em alguma oportunidade de passagem, mesmo no meio dos carros.

Numa ocasião oportuna, com o semáforo fechado para os carros, dois dos carrinhos em fila atravessam do centro da avenida para o meio-fio junto à calçada, e param no que seria um dos pontos de recolhimento de material. O outro, que permanece na avenida, sobe no canteiro central, e fica parado esperando calmamente o semáforo de pedestres indicar passagem para atravessar na faixa e subir o asfalto na contramão de uma rua em esquina.

Afinal, os carrinhos de catadores de papel no espaço da rua são carros motorizados ou pedestres puxando um carrinho no meio da rua? O movimento e a trajetória dos catadores de papel ou dos carrinhos de catadores de papel na cidade têm uma forma própria de atuação e apropriação do espaço da rua, diferenciadamente de outros atores com espaços de movimento delimitados pela ordem espacial construída, fundamentada, basicamente, na divisão entre calçada e asfalto.

Segundo Michel de Certeau (1994):

o ato de caminhar na cidade é um processo de apropriação da ordem espacial construída pelo pedestre, uma realização espacial do lugar assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua. O ato de caminhar faria a enunciação do espaço, a passagem entre dois mundos distintos que se distinguem pelas formas empregadas por um sistema, seja ele urbanístico ou geográfico, e os modos de usar este sistema, como a passagem entre o “sentido próprio” dos usos e normas atribuídas pelos gramáticos ou lingüísticos na prática de uma língua e os usos e apropriações dos praticantes desta língua.

Dessa forma, se existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições, ainda segundo Certeau (1994):

um local por onde é permitido circular ou um muro que impede de prosseguir, o caminhante, pedestre, usuário do espaço trata de atualizá-las, tornando efetivas algumas delas e aban-

donando outras ao vazio, se proibindo de ir por lugares e caminhos permitidos ou obrigatórios, ou ainda deslocando e inventando outras possibilidades, criando atalhos e desvios, transformando, por fim, em outra coisa cada significante espacial da ordem construída, uma verdadeira retórica do habitante na apropriação da ordem espacial construída.

Se analisamos a apropriação do espaço da rua pelo deslocamento dos catadores ou dos carrinhos de catadores de papel de um ponto de coleta do material a outro, notamos que seu movimento, ora na calçada ora na avenida, interfere no caminho de tráfego ora de carros ora de pedestres, oscilando o tempo todo entre o *papel de automóvel* e o *papel de pedestre* estabelecidos pelo sistema espacial, sem, no entanto, se assumir como nenhum dos dois. Como *automóvel*, ao adequar-se de certo modo ao ritmo do trânsito de carros, trafegando na avenida até mesmo pela pista de maior velocidade, e como *pedestre*, traçando seu próprio caminho, sem mãos, contramão nem conversões proibidas, ou se utilizando dos espaços e momentos delimitados na rua para os pedestres (calçada, faixa de pedestres etc.).

É interessante, contudo, notar como os catadores parecem ser conscientes de sua posição deslocada no espaço das ruas da cidade. Certa vez, entrevistando um catador na rua, perguntamos a ele se tinha medo do trânsito. Ele respondeu afirmando não ter medo dos carros: “um carro pode me machucar, mas meu carrinho, está vendo esta haste com ferro aqui, pode estragar muito um carro”. Então abaixou-se e apontou para um corte cicatrizado na perna e disse:

um carro já me pegou na rua, veio arranhado todo meu carrinho e atingiu minha perna bem aqui no ligamento, recebi seguro obrigatório, mas continuei trabalhando assim mesmo. O médico disse que tenho que operar a perna, mas não posso parar de trabalhar, e minha perna agora está muito bem.

E continuou, “a BHTRANS⁵ está querendo nos fazer andar em uma só mão, respeitando passeios e canteiros, mas não vou fazer como eles querem, faço meu próprio caminho”.

Em seguida, perguntamos a ele: “Na rua você dirige um carro ou é como um pedestre empurrando um carrinho pela rua?”. Ele respondeu comparando a si mesmo ou ao carrinho a um “animal na pista”, para representar o caminho de um catador e sua relação de confronto com o trânsito de carros, algo ou alguém totalmente deslocado ou estranho àquele espaço, completamente fora do seu lugar. No entanto, os carrinhos de catadores não são uma eventualidade, ou seja, são um “animal cotidianamente na pista”, com quem o movimento de automóveis tem que se conciliar.

Nesse sentido, o movimento do catador ou dos carrinhos de catadores parece tão deslocado e incompatível com as regras de fluxo do sistema espacial, que é como se houvesse algo fora do lugar, se é que existe na divisão entre calçada e rua, carros e pedestres, um lugar para os catadores de papel. Na verdade, ambos, carrinho e catador, tanto *não podem ser pedestres* como também *não são capazes de ser carros*, exatamente por não serem nenhum dos dois, mas nos momentos adequados se utilizarem das formas de uso e atribuição do espaço de ambos. Em todo caso, o carrinho de catador não é apenas uma forma de transporte do material coletado movido a tração humana, é um meio de locomoção, do material e do catador, o que retira o atributo de pedestre e impossibilita o de automóvel.

Desse modo, ora é o catador que leva o carrinho ora é o carrinho que leva o catador ao longo da trajetória, num só corpo indissociável dentro do fluxo de movimento, num

5 BHTRANS – Companhia de Trânsito de Belo Horizonte, autarquia ligada à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

sincronismo adequado ao ritmo exigido pela avenida. Uma inter-relação entre carrinho e catador que se torna mais explícita e menos interpretativa, quando se pode presenciar o modo como costumam descer ruas íngremes sem sustentar todo o peso levado pelo carrinho, o que acontece normalmente à noite com as ruas já quase vazias, fazendo que o catador desça veloz a avenida, com um carrinho abarrotado, quase sem tocar seus pés no chão. Ao primeiro olhar, o que parece um veículo desgovernado é, na verdade, a cumplicidade da troca de forças entre o carrinho e o catador, numa verdadeira *mecânica de movimento*. O catador empina seu corpo para a frente empurrando o “puxador” para baixo e elevando o carrinho na mesma direção, a favor do movimento de descida, mas contrário ao peso do “lixo” que, por sua vez, eleva o catador, fazendo a base traseira do carrinho, reforçada com tiras de pneu pregadas na madeira, frear a estrutura, batendo-se no asfalto e retornando a força empreendida ao catador, que reinicia o ciclo apenas com novos impulsos no asfalto.

É interessante perceber que a posição do catador, ou do carrinho do catador, coloca-o em uma situação, diante sua completa inadequação ou rompimento com as delimitações do sistema espacial, intermediária, nem carro nem pedestre, nem rua nem calçada, capaz de expressar e clarificar muito bem as diferenças e relações de conflito entre veículos e pedestres ocasionadas pela ordem espacial cotidiana, imposta ao movimento da cidade pela separação social entre motorizados e transeuntes.

Dessa forma, se as práticas de espaço do pedestre correspondem a manipulações sobre os elementos de base de uma ordem construída, alterando o “sentido literal” definido pelo sistema urbanístico, mais do que isso, o uso e a apropriação do espaço construído pelos catadores de papel ao transitarem ora na calçada ora na avenida transformam a ordem espacial numa outra espacialidade, ou na própria espacialidade dos carrinhos de catador de papel. Uma retórica de leitura do espaço própria aos catadores de papel que convivem com o movimento cotidiano da cidade.

A ESPACIALIDADE URBANA DOS CATADORES DE PAPEL

Antes de prosseguirmos com esta análise, é importante ressaltar a forma como dois conceitos centrais em seu desenvolvimento são considerados e contextualizados no estudo da relação dos catadores de papel com a cidade ou da cidade por intermédio dos catadores.

Trata-se dos conceitos de *espaço* e *lugar*, considerados por Michel de Certeau de forma diferenciada e ao mesmo tempo associada, um em contraposição ao outro. Segundo o autor, a conceituação de *lugar* na cidade se dá pela relação de posições entre elementos fixos, criando com isso uma ordem que define o sentido desses elementos em razão de sua posição no conjunto, uns em relação aos outros. Já o *espaço*, diferentemente, é identificado pela relação entre elementos móveis, e portanto sem posições definidas, numa dada direção, velocidade e por um tempo variável, produzindo a partir de um lugar, um espaço articulado segundo as operações que orientam, circunstanciam e temporalizam as relações contratuais ou conflituais de movimento entre seus elementos. Em síntese: “O espaço está para o lugar assim como a palavra quando é falada ... o espaço é o lugar praticado” (Certeau, 1994, p.201-2).

Como mencionamos anteriormente, o espaço construído pelos catadores de papel, ou pelos carrinhos de catadores de papel, durante a trajetória de coleta do material na

cidade, é fruto da articulação de espaços naturalmente distintos e segmentados em que interagem tanto com automóveis como com pedestres, em certa direção e velocidade, negociando ou competindo pelo *espaço de movimento* da avenida ou da calçada dentro do fluxo de movimento da cidade.

Uma característica importante para entendermos o fluxo de movimento das cidades, e consequentemente os espaços urbanos, é um determinado comportamento que impulsiona os corpos, sobretudo nas ruas e calçadas mais movimentadas, que podemos definir como *inércia do movimento urbano*. Assim como o próprio conceito da física considera, o movimento de inércia é a tendência de um corpo permanecer em movimento quando está em movimento; a *inércia do movimento urbano* nas ruas e calçadas mais movimentadas da cidade se deve a um certo ritmo urbano que não permite parar, acelerando e impulsionando a uma tendência constante de movimento dos automóveis nas avenidas e dos passos nas calçadas. Impaciente, essa tendência permite no máximo deixar de acelerar, parando-se apenas onde é obrigatório ou onde a passagem é inviável.

É exatamente esse estado de necessidade de movimento constante que cria o que chamamos antes de *negociação ou competição pelo espaço de movimento* na avenida ou na calçada, entre corpos com mais velocidade e outros com menos velocidade, entre corpos mais e menos apressados.

A negociação ou competição pelo *espaço de movimento* entre catadores e automóveis acontece quando os primeiros confrontam-se com um certo direito de passagem dos carros, baseado num movimento relativamente organizado e previsível das regras de trâfego, rompendo ainda com as delimitações construídas e atribuídas à utilização do espaço. Isso gera, por vezes, confrontos e conflitos entre o papel estabelecido dos automóveis e o papel articulado dos carrinhos de catadores, uma verdadeira competição pelo espaço urbano, por vezes negociada entre os dois atores, sem que isso signifique que haja sempre uma relação pacífica entre ambos, ou que não ocorram colisões ou acidentes de trâfego. Seria correto considerar que se trata de uma relação apenas cotidianizada entre os dois atores urbanos. Os catadores, ou os carrinhos de catadores, se espremem em passo acelerado entre o movimento dos carros e o canteiro central da avenida; já os automóveis desviam-se dos carrinhos de catador, cedendo *espaço de movimento* aos catadores de papel.

Na calçada, por sua vez, também acontece outra negociação ou competição pelo *espaço de movimento* com os catadores; mas, nesse caso, são eles que sempre levam vantagem. Quando ocorre de os catadores, ou dos carrinhos de catadores, utilizarem as calçadas, por exemplo, para cortarem caminho de uma rua a outra, evitando a contramão, os pedestres é que têm, na maior parte das vezes, de desviar do carrinho, um veículo desproporcional até mesmo para as calçadas mais largas, e incompatível com o espaço de movimento dos pedestres.

Ainda sobre a atuação dos catadores de papel, ou dos carrinhos de catadores de papel, tanto na rua quanto na calçada, considerando as determinações de uso da ordem espacial construída da rua, talvez se possa falar de um certo *desvio socioespacial* dos catadores, contanto que essa noção não traga o pressuposto de que as regras de trânsito sejam totalmente respeitadas pelos demais atores e seus papéis de uso nesse espaço, como se os carrinhos de catadores fossem os únicos desviantes. Nesse caso, o sentido do termo “desvio” deve representar um *comportamento desviante*, e não determinados sujeitos desviantes e marginais, existindo, na verdade, uma particularidade de desvio ao carrinho de catador, um comportamento que o faça assumir as formas de uso e atribuição do espaço urbano da rua de um modo bem característico.

O USO E A APROPRIAÇÃO DOS LUGARES DA RUA E DO “LIXO” PELOS CATADORES DE PAPEL

OS LUGARES DA RUA: ENTRE “TERRITÓRIOS EM CIRCUITOS”, OS PONTOS DE COLETA

A rua, além de um *espaço* de locomoção para os catadores, ou para os carrinhos de catadores, também constitui *lugares*, a relação de posições entre certos elementos fixos do conjunto da rua (Certeau, 1994), afirmada e estabelecida a partir de sociabilidades criadas entre os catadores e desses com outros atores recorrentes do espaço da rua. Sociabilidade essa criadora de formas de intermediação, compartilhamento e disputa dos pontos de coleta de material estabelecidos na cidade, mas que, de toda forma, são relações que têm um papel fundamental na apropriação e demarcação dos pontos nos *espaços e lugares da cidade*.

Nesse sentido, a determinação de um *lugar* como ponto de coleta de material baseia-se na criação de locais da rua apropriados e delimitados por relações interpessoais, articuladas tanto para a conquista como para a manutenção do ponto, tendo como base a fixação de *territórios*⁶ “pessoais”, deste ou daquele catador em relação a outro catador.

Tais pontos de coleta são geralmente estabelecidos na porta de estabelecimentos comerciais, edifícios residenciais ou comerciais que colocam seu eventual “lixo” normalmente em horários fixos ou mesmo combinados com o catador que “detém aquele ponto”. A posse do ponto é a marcação do *território* de um catador em relação a outro catador, conquistado pela articulação de relações com pessoas ou funcionários encarregados de depositar o “lixo” na rua, ou que simplesmente permitem que o catador recolha o “lixo” nos fundos de uma loja comercial ou garagem de um edifício. O encarregado, por sua vez, se compromete a cumprir sua função em determinados horários combinados ou apenas para aquele catador, quando ele chegar. Assim, a posse do material daquele local é a posse do ponto correspondente, e a posse do ponto se torna a posse do material daquele local.

Dessa maneira, um ponto de coleta de material delimita ou marca uma área na calçada, constituída por uma certa relação de compromisso entre o catador e o fornecedor do ponto, e ao mesmo tempo, negociado em *territórios* com os demais catadores por relações de delimitação ou disputa pela posse dos pontos. As negociações dos pontos entre os catadores podem acontecer por um acordo comum; por exemplo, quando um catador não vai trabalhar em um determinado dia, ele pode “emprestar” um ponto ou os pontos para um catador amigo, com quem depois divide a coleta do dia. Em outros casos, pode ocorrer até a troca ou venda de pontos entre catadores. No entanto, mesmo depois de estabelecido um ponto, isso não encerra as relações de disputa e conflito em torno de sua posse; por exemplo, quando um outro catador passa no ponto pouco antes do seu dono chegar, recolhendo o material colocado na calçada, ou ainda, quando um catador ingressa na profissão e tem que conquistar seus próprios pontos, que em sua grande maioria já têm seus próprios donos.

É interessante notarmos, ainda, que se trata da fixação de *lugares* da rua baseados em relações de posse estritamente pessoais, deste ou daquele catador, ou entre o grupo de catadores, ao mesmo tempo que são *espaços* que convivem em interação com o caráter público, transitório e impessoal do modo de vida urbano.

A importância da demarcação desses *territórios* pode ser percebida na forma como tais delimitações são tomadas como referências fundamentais no direcionamento do ca-

6 Para a origem do conceito de território, ver Magnani (1998).

⁷ Para a origem do conceito de circuito, ver Magnani (1998).

tador em seu deslocamento na rua – totalmente marcado e pontuado pela localização de seus pontos de recolhimento do material – e o horário definido de coleta para cada um deles. Dessa forma, o catador vai guiando a trajetória do carrinho ao longo dos pontos “possuídos”, constituindo um *círculo*⁷ que integra a territorialidade dos pontos de coleta, contrapondo-se às demarcações de outros catadores nas ruas, ao mesmo tempo que os associa pelo trabalho comum e pela comunicação numa linguagem espacializante das formas de sociabilidade entre eles nas ruas.

Os pontos de coleta, por seu turno, também são para os catadores a referência de um *lugar* na calçada ou meio-fio de uma rua em relação ao conjunto da cidade, seja pela localização do fornecedor do material na cidade seja por aquilo que existe em frente à calçada onde o papel é normalmente depositado: uma loja de departamentos, um banco, um edifício residencial ou comercial. Desse modo, um *círculo* de pontos de coleta acaba por estabelecer nas ruas, por meio de uma “cartografia do lixo”, uma outra ordem espacial baseada na posição de cada ponto de coleta no conjunto de pontos entre os elementos da cidade.

Isso nos permite afirmar novamente a forma como os catadores de papel são atores urbanos com uma atuação característica na ordem espacial construída, capazes de articular formas próprias de vivência e apropriação do espaço urbano, criando uma outra espacialidade, bem como um outro mapa urbano da cidade, a partir das novas relações entre os elementos móveis e fixos do sistema espacial, criando, com isso, novos *espaços*, assim como novos *lugares*.

APROPRIAÇÕES DO “LIXO” URBANO: ENTRE PEDAÇOS E RESTOS DA CIDADE

Certa vez, caminhamos até um catador assentado na entrada de um edifício de esquina usando uma camisa suja, porém da mesma cor amarela de seu carrinho com o logotipo da associação de catadores. O catador ouviu nossa apresentação com um olhar um tanto indefinido, mas depois, sem mais explicações, nos correspondeu com atenção, abriu um dos sacos de “lixo” e distinguiu os materiais de coleta em razão do preço de cada tipo de papel, papelão e plástico. Indagado sobre o que era “lixo” naquele amontoado dentro de seu carrinho, ele entendeu respondendo que aquilo tudo era “lixo”, mas depois de triado, o material, em razão de cada tipo de papel, já não mais o seria, e aí o que não se aproveitasse iria para o lixo. Trata-se do uso evidente da mesma palavra, dentro do mesmo contexto, para designar coisas diferentes, por isso as aspas constantes ao longo de todo o texto em torno do “lixo” dos catadores, duas categorias distintas de “lixo” colocadas num mesmo objeto, mas apropriadas e tratadas de forma diferenciada.

Um foco de análise específico sobre a relação dos catadores de papel com o “lixo” urbano abre outros caminhos para o entendimento da relação dos catadores com a vida urbana, agora expressa na apropriação de seu objeto de transformação do trabalho, que, por sua vez, não pode ser tratado simplesmente como “lixo”, nem como mero objeto de trabalho, fonte de renda informal ou forma de reciclagem ambiental.

Em outra situação de campo, em uma das visitas aos catadores nos galpões de triagem de material, encontramos Maria Baiana, um de nossos principais contatos feitos na rua, cercada de montes de papelão, compenetrada no trabalho de rasgar os sacos de “lixo” e selecionar dentre eles o papel propriamente reaproveitável do “lixo”. Sem esconder

sua satisfação em nos ver, ela sorriu; mas sem jeito, permaneceu fazendo seu trabalho. Percebemos logo a necessidade de uma observação efetivamente participante. Pegamos um dos sacos de “lixo” amontoados e começamos a participar fazendo o mesmo trabalho. Ela se prontificou a explicar onde cada tipo de papel selecionado deveria ser colocado: papel branco aqui, papel de revista neste, papel de jornal naquele etc. Tarefa que parece simples e fácil se desconsiderarmos que tudo está misturado ao lixo da cidade: restos das pessoas, dos lugares, dos usos e consumos da vida cotidiana da cidade. Temos que admitir nosso quase inconsciente pudor ao pegar no lixo.

Maria Baiana tratou logo de endireitar-nos com uma observação sobre seu cunhado que, estando ali certa vez, tentou ajudá-la nesse serviço. Descrevendo a situação com zombaria, relatou que ele pegava o “lixo” na ponta dos dedos com um pudor que não cabia naquele trabalho. Nesse momento, então, afundando e apertando as mãos no “lixo” sujo, ela disse que era desse modo a forma de tratá-lo. Uma técnica simples, mas bem demonstrativa do modo como tratar o “lixo”, uma outra forma de relação com ele, contrária às concepções comuns de resíduo e resto da lógica produtiva de consumo. Dessa forma, o lixo parece ganhar um novo significado como objeto de trabalho e de transformação ao ser reapropriado pelos catadores.

Em outra visita à mesma catadora, Maria Baiana, com mais tempo para conversas e questionamentos, pudemos perceber melhor a complexidade da relação de apropriação e transformação feita com o “lixo” pelos catadores. Depois de uma recepção atenciosa, Maria Baiana levou-nos até um canto da baia de trabalho, escondido atrás de todo um amontoado de papelão, um lugar onde se reproduzia um ambiente totalmente caseiro, quase íntimo, ao mesmo tempo que quase cenográfico: uma mesa coberta com um forro de plástico florido, sobre a qual duas garrafas térmicas, xícaras e copos rachados se juntavam a um vaso de flores. Acima, no gradil ou parede da baia que delimitava seu lugar daquele de outros catadores, havia ao meio um espelho rachado, em torno do qual se colocabam diversas outras miudezas: enfeites sujos, fotografias coladas e outros apetrechos. À volta da mesa, havia duas cadeiras acolchoadas, mas sem encosto, deles restando apenas os ferros de suporte.

Ela pediu que nos sentássemos e ficou de pé. Replicando nossa curiosidade do olhar, disse: “Estão vendo isso tudo? É tudo o que o papel me deu”. Então exibiu seus dedos das mãos repletos de anéis dourados, dois anéis em cada três dedos, nas duas mãos, como se representassem os frutos e as riquezas do seu trabalho.

À medida que conversamos e ouvimos as histórias do achado de cada uma daquela diversidade de objetos, parecia estarmos compondo uma verdadeira *arqueologia do lixo*, construindo não apenas uma coleção de coisas, mas fazendo de cada uma delas uma apropriação pessoal de peças, atribuindo ou resgatando sentido a algo anteriormente desprezado como resto não só material, mas social. Trata-se de uma apropriação que parece não apenas atribuir à catadora a posse de um achado, mas ao mesmo tempo não “desatribuir” a noção de algo advindo dos outros, porque vem do “lixo”. Como se fosse algo como “o meu dos outros”, negando apenas um valor individual ao objeto. O exemplo mais claro dessa representação é uma foto suja e rasgada ao meio com a imagem de um casal jovem e desconhecido da catadora, mas colocada na grade da baia como um porta-retrato, na intimidade do seu canto de “lixo”. Ao perguntarmos a ela sobre a foto, justificou-se tê-la colocado ali simplesmente por achá-la bonita.

Depois de nos mostrar cada coisa, Maria Baiana se afastou e voltou com outra cadeira para se sentar junto a nós, pegou a garrafa térmica e nos serviu um café doce e quen-

te, nada melhor para uma manhã fria. Nunca imaginamos que fôssemos encontrar tanto aconchego no meio de tanto “lixo”.

O “lixo” dos catadores é, na verdade, uma das formas de mediação de sua relação com a cidade, seja como forma de apropriação de seus pedaços e restos urbanos seja como meio de contato com os sujeitos e pessoas anônimas da cidade. Assim, ao se apropriarem do “lixo” urbano, como papéis e sucata, quinquilharias e objetos desprezados, os catadores se apropriam não apenas de coisas, mas de histórias, valores, usos e desusos dos lugares, que carregam consigo o contato com o outro, com a vida, a intimidade e o cotidiano de um outro que, ainda assim, permanece desconhecido e, na maior parte das vezes, sem rosto.

Ao contrário do que se poderia esperar da imagem de sujeitos marginais ao mercado de trabalho e à cidade, os catadores estão muito bem integrados ao mercado de consumo, já que criam em sua vivência cotidiana da cidade, a partir do consumo de mercado, seu próprio consumo, seus próprios bens e valores de consumo. Assim, ao se apropriarem do lixo, transportá-lo e triá-lo, os catadores transformam em outra coisa o “lixo dos outros” que agora é seu, pela simples separação entre o que pode e o que não pode, para eles, ser reaproveitado ou reutilizado. Com o papel, a sucata, o resto e o dejeito conquistado nos pontos de coleta, criam por fim outras vidas para as coisas, assim como também um outro “lixo” para o lixo.

A POLÍTICA MUNICIPAL DESTINADA AOS CATADORES DE PAPEL

8 Expressão utilizada pela campanha pública da Asmare e da prefeitura de Belo Horizonte para a criação e divulgação da imagem de uma função pública dos catadores de papéis na cidade.

Depois de demonstrar como o “papel dos catadores de papel”⁸ já se integra à cidade como parte cotidiana da dinâmica urbana, numa organização informal própria, socializada entre os catadores e os outros atores comuns, anônimos e impessoais do mesmo espaço de vivência urbana, seria interessante apresentar as mudanças produzidas pela formalização de seu trabalho, algo que atualmente se vincula fortemente à imagem dos catadores em geral na cidade de Belo Horizonte. Trata-se de produzir um contraponto que demonstre o alcance, as adaptações e limitações do projeto da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) diante das formas próprias de vivência e apropriação do espaço urbano dos catadores na relação com a cidade.

Antes de tudo, é importante esclarecer que não se trata, em hipótese alguma, de negar o reconhecimento, os méritos nem os benefícios obtidos aos catadores associados à Asmare, em parceria com a prefeitura de Belo Horizonte e a Pastoral de Rua. Ao questionar esse projeto, “menina dos olhos” das políticas da prefeitura de Belo Horizonte, procuramos ressaltar como a dimensão informal é constitutiva do trabalho dos catadores na cidade; no entanto, a Associação tem se colocado além e aquém da formalização de seu trabalho.

A seguir, explicamos, como panorama da análise, a estrutura criada e as mudanças ocorridas com a expansão da Asmare, demonstrando aliás os benefícios assistenciais e de qualidade de vida trazidos aos catadores associados, assim como as melhorias no desempenho do seu trabalho. Depois desenvolvemos uma análise crítica da formalização do trabalho dos catadores de papel, apontando, em contraponto à dimensão informal de desempenho de seu trabalho na cidade, objeto das partes anteriores do texto, o alcance, as adaptações e limitações da política atual e de suas tendências de expansão futuras.

TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOS CATADORES

O que denominamos transformações no trabalho dos catadores trouxe grandes mudanças estruturais numa tentativa de organização e “desinformalização” de seu trabalho. O alcance dessas mudanças é mais visível sobretudo nas tarefas feitas dentro dos galpões da Associação, onde o controle e a ordenação implementada e exercida pela própria Asmare são muito mais ampliados do que na rua, não só por se tratar de um espaço delimitado, mas porque na rua a estrutura criada pela informalidade ainda predomina nos dias de hoje, mesmo com a criação de regras de uso e ocupação do espaço da rua para os catadores e a institucionalização de muitos dos pontos de coleta, deixando de ser atributos pessoais deste ou daquele catador, para se tornarem um convênio com a Asmare.

De toda forma, os galpões se tornaram o “lugar do catador na cidade”, o lugar específico da triagem e armazenagem do material dos associados, onde a Asmare tem o controle sobre a produção de cada catador, inclusive com recomendações quanto à qualidade e a seleção dos materiais coletados. No fim de cada mês, o catador recebe de acordo com o seu volume de trabalho, com base em uma tabela de preços dos produtos definida pela própria Associação. Todo o material recolhido pelo catador é comprado pela Asmare. Isso garantiu um crescente ritmo do trabalho já que não há, por parte dos catadores, a preocupação de recolher e vender ao mesmo tempo, pois a venda do produto é feita exclusivamente pela Associação.

Dessa forma, a renda média mensal do catador oscila entre um e quatro salários mí-nimos. Quem produz mais, além de ter melhor remuneração, tem também uma maior participação nos resultados que são distribuídos ao final de cada ano como 13º salário.

Mesmo com as medidas tomadas pela prefeitura para incentivar a coleta seletiva em Belo Horizonte, o material recolhido pelos próprios catadores em seu roteiro de trabalho representa mais de 90% do total selecionado. Na verdade, Belo Horizonte nunca promoveu efetivamente uma coleta seletiva, nem mesmo apenas na área central da cidade, onde se encontra a principal área de atuação, os galpões e toda a infra-estrutura da Asmare. Assim, a porcentagem do lixo da cidade que é reciclada ainda é muito pequena.

De toda forma, a consolidação da parceria entre a Associação e a prefeitura ao longo dos anos se converteu numa experiência cujo sucesso⁹ tem repercutido e provocado uma significativa melhoria na qualidade de vida dos catadores da cidade, possibilitando a mudança da imagem do catador de papel no relacionamento com a população que, no discurso da prefeitura, “torna-se um ator social exemplar em iniciativas que contribuem para ampliar a justiça social”.

Analizando o processo de desenvolvimento da parceria entre a Asmare e a prefeitura de Belo Horizonte, percebe-se em seu eixo central a valorização do trabalho dos catadores de papel com instrumentos sociais de desenvolvimento e assistência social que, entre eles, criou formas de mobilização e organização social, além de incentivar a geração de renda.

Nesse sentido, a Asmare é consequência do empenho de atores sociais e políticos, entre os quais três atores são absolutamente fundamentais:

a mobilização e o trabalho dos Catadores de Papel; a Pastoral da Rua, que se notabilizou pela persistência em contribuir com a organização dos catadores e no amadurecimento de

⁹ Em 1997, a Asmare foi convidada para participar da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentado e Meio Ambiente na Organização das Nações Unidas – ONU. Em 1999, a parceria entre a Asmare e a prefeitura recebeu menção honrosa do Prêmio de Conservação Ambiental Henry Ford nos Estados Unidos.

um projeto que se desdobra na fundação da associação; e o Poder Público, que mesmo correndo o risco de ser incompreendido pela população da cidade assumiu, a partir de 1993, o papel de indutor das condições estruturais necessárias para que a iniciativa tivesse não só uma sólida existência, como pudesse atingir um maior grau de autonomia. (Jacobi & Teixeira, 1997.)

Atualmente a Asmare, com o reconhecimento e a legitimidade institucional obtidos, tem buscado firmar convênios com edifícios comerciais de empresas ou órgãos do governo que se interessem em promover a coleta seletiva internamente e destiná-la aos catadores de papel. O projeto de expansão da entidade continua, agora com o objetivo da montagem de uma indústria cooperada de reciclagem do papel coletado, retirando cada vez mais *seus* catadores da rua, criando uma alternativa ao trabalho de rua dentro da Associação.

ANÁLISE CRÍTICA DA FORMALIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES

Como pudemos perceber, todo o processo de institucionalização da coleta de materiais recicláveis pela parceria entre a Asmare e a prefeitura trouxe grandes mudanças na organização de trabalho dos catadores associados, numa clara tentativa de “desinformalização” de seu trabalho. Desse modo, os catadores de papel passam a ser considerados sujeitos urbanos autônomos a partir da construção da imagem de uma função pública do catador de papéis, associada à limpeza urbana e à importância ecológica na reciclagem de materiais. Atores urbanos que continuam diferenciadamente distintos de outros sujeitos urbanos impessoais e anônimos, mas agora distinguidos também entre os trabalhadores e a população de rua da cidade, com uma nova possibilidade de atuação social e política.

Em conjunto, as regras estabelecidas de organização do trabalho, conduta, comportamento e atuação no espaço da cidade vieram alterar, interferir e até competir com diversas outras práticas de rua informais já instituídas no cotidiano de trabalho dos catadores de papel na cidade. Sob esse aspecto, o processo de formalização do trabalho dos catadores parece, de certa forma, sobreposto à própria organização informal existente. Uma sobreposição que se deve, especialmente, ao fato de que uma cooperativa de catadores de papel não tem a dimensão da organização, mesmo que informal, dos catadores de papel na rua, já que se restringe a um número sempre limitado de participantes. Se em 1993, ano de criação da Asmare, existiam, segundo a própria prefeitura, seiscentos catadores no centro da cidade, atualmente existem 383 associados.¹⁰ Levado em conta apenas do ponto de vista quantitativo, o número atual de associados não supre nem a demanda de dez anos atrás; isso sem considerar o aumento estimado do número total de catadores durante esse período até os dias de hoje. A consequência disso é a criação de uma divisão nas ruas entre catadores associados, pertencentes à Asmare, e não-associados, conhecidos como “catadores particulares”, ligados aos galpões particulares.

De toda forma, mesmo analisando sob um foco mais qualitativo, levando em conta apenas a dimensão de catadores associados, as evidências da limitação do projeto ainda podem ser percebidas pela insuficiência ou incapacidade de sua política em considerar, avaliar ou mesmo reorganizar todas instâncias de relações “informais” constitutivas ao tra-

10 Dados da própria Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SLU) referentes ao primeiro semestre de 2003.

balho do catador na cidade, sobretudo porque não toma como eixo central de sua elaboração a óptica do catador de papel em suas vivências e formas de sociabilidade próprias no desempenho de seu trabalho na cidade.

Nesse sentido, a atribuição de uma utilidade pública ao catador de papel não parece constituir uma política específica, voltada ao modo de vida e ao trabalho desempenhado pelos catadores na cidade. Na verdade, a institucionalização do trabalho dos catadores de papel tem como principal ponto de partida uma política de limpeza urbana que faz da política de reciclagem da cidade uma política de assistência social aos catadores de papel. Como já demonstramos, estando marginais à cidade ou não, antes de exercerem ou lhes atribuírem uma função pública na limpeza urbana, ao contrário do que se possa pensar, o “papel” que os catadores e seu trabalho desempenham sempre esteve muito bem integrado e associado ao cotidiano e à dinâmica urbana da cidade, mesmo que de forma informal, antes e depois da consolidação da Asmare.

Assim, negar ou substituir essa dimensão informal, retirando os catadores das ruas, como é a tendência do projeto atual de expansão da Asmare, mesmo com o aumento do número de associados, é limitar ainda mais a política e os benefícios aos catadores associados, negando a rua aos próprios catadores.

Os catadores de papel, diferentemente de outros atores com papéis, espaços e caminhos bem definidos na vida social cotidiana das cidades, precisam de políticas mais específicas, que incluam sua óptica e vivência das cidades como ponto central de focalização, em vez de tratá-la na exterioridade de todo o processo. Na verdade, uma política municipal destinada aos catadores de papel da cidade de Belo Horizonte, em vez de apoiar e formalizar uma única e restrita organização formal de catadores, deveria se destinar mais à generalidade de catadores presente nas ruas, e *para as ruas*. Por que uma política pública destinada a catadores de papel, que tem a rua na centralidade de seu processo de trabalho, não pode ser desenvolvida, nas ruas e para as ruas? Por que as ruas se destinam somente a automóveis e pedestres?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IMAGEM DOS CATADORES DE PAPEL NA CIDADE E A IMAGEM DA CIDADE DOS CATADORES

Os catadores de papel, como pudemos perceber, criam e estabelecem em sua relação com a cidade várias formas de uso, contato, intermediação e apropriação do urbano que vão além do que o estigma de trabalhadores ou moradores de rua pode delinear, bem como aquém do alcance da política de formalização de seu trabalho.

Nesse sentido, uma cidade dos catadores tem nos *espaços* da cidade a articulação de uma outra espacialidade que une a divisão entre calçada e avenida numa coisa só, se apropriando nos momentos adequados das formas de uso e atribuição do espaço tanto de pedestres como de automóveis, mas sem se tornar nenhum dos dois, com seu próprio meio de locomoção, que leva tanto o carrinho como o catador.

Já os *lugares* de uma cidade dos catadores são marcados por caminhos que levam diretamente aos pontos de coleta de material, sem mãos, contramãos, e poucos cruzamentos, com *territórios* articulados em *circuitos* de posse e disputa entre os catadores pelo “lixo” urbano. Esse mesmo “lixo” se torna matéria-prima e objeto de transformação no trabalho, bem como objeto de apropriação de seus pedaços e restos urbanos, que repre-

sentam não apenas coisas, mas histórias, valores, usos e desusos dos lugares, assim como o intermédio com a vida e o cotidiano de um outro desconhecido da cidade.

Ainda, na cidade dos catadores existem catadores associados e particulares. Mesmo que ambos vivenciem a mesma cidade nas ruas e nas calçadas, os primeiros têm benefícios assistenciais da prefeitura e os segundos, não. Em todo caso, os catadores, antes de exercerem ou lhes atribuírem uma função pública na limpeza urbana, ao contrário do que se poderia pensar, sempre estiveram muito bem integrados e associados ao cotidiano e à dinâmica urbana. E mais do que isso, formalizados ou não, são atores sociais capazes de articular uma forma de vivência e apropriação do espaço urbano criadora de uma sociabilidade própria na relação com a cidade, entre eles mesmos e com os outros atores comuns do mesmo espaço compartilhado da rua.

Os catadores de papel, com suas formas próprias de uso e leitura do espaço, bem como de apropriação de lugares da cidade, como também de restos e partes do “lixo” urbano, dotam de outros elementos de composição, e outras espacialidades, a cidade. Dessa maneira, uma cidade dos catadores de papel só pode ser lida, avaliada e modificada a partir e por dentro de sua própria perspectiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A. de. Desenvolvimento social de cooperativas de catadores de papel, o exemplo de São Paulo. *DICAS*, n.58, 1996.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Trad. Ephraim Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. *Criação do capital social: o caso da Asmare – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte*. São Paulo: Cedec, junho de 1997

JACOBS, J. *Morte e vida nas grandes cidades*. Trad. Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAGNANI, J. G. Quando o campo é a cidade – fazendo antropologia na metrópole. In: *Na Metrópole* (coleção de textos de antropologia urbana). São Paulo: s.n, 1998.

REZENDE, F. *Case study: Asmare – scavengers cooperative – Unpd (United Nations program development) Life Programme* (versão em inglês), novembro de 1998.

SANCHIS, P. Os catadores de papel no mundo do trabalho. In: MUNÓZ, J. V. (Org.) Fórum Nacional de Estudos de População de Rua e 1º Encontro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Rio de Janeiro. *Revista Lua Nova*, 2000.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SIMMEL, G. Metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.) *O fenômeno urbano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VELHO, G. Observando o familiar. In: *Aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. cap.II.

_____. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: *Desvio e divergência – uma crítica da patologia social*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

REVISTA ISTOÉ – Reportagem personagem – O luxo do lixo na ONU: dona Geralda de volta em seu trabalho em Belo Horizonte, oito minutos de fama em Nova Iorque. São Paulo, 13 de agosto de 1997.

PROGRAMA televisivo Caminhos e Parcerias – *Catadores de papel de Belo Horizonte* – Direção: Neide Duarte. Realização: Núcleo de documentários da TV Cultura – Fundação Padre Anchieta. Domingo, 17 de outubro de 1999, 21h.

A B S T R A C T *Pulled by human traction, the stand of the paper pickers oscillates, dislocated between the space of the pedestrian in the sidewalk, where it is incompatible for its transport, and the streets of the city, where they are incapable to play the speed of the automobiles. Due to these facts, an analysis is developed in such a way to articulate not only a reading of the relation of the paper pickers with the city, but also of how this space of the city appears through the eyes of these pickers, demonstrating its proper form of appropriation of the urban space.*

K E Y W O R D S *Paper pickers; urban space; street workers.*